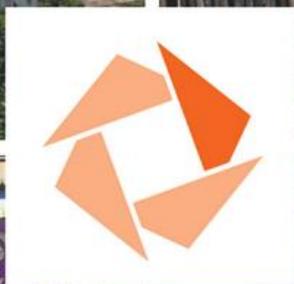


Direito à Cidade



Justiça Ambiental



Mulheres



Soberania Alimentar



1. PLANO TRIENAL 2017-2019

O Plano Trienal 2014-2016 foi desenhado a partir de 2012, quando a FASE desenvolveu um processo de debates¹ sobre as grandes questões e os impasses gerados pelo modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. A estruturação do Plano veio consolidar e valorizar os principais acúmulos e as singularidades das heranças das antigas unidades nacionais, reunindo-as em quatro causas nacionais: Direito à Cidade com Justiça Socioambiental (Causa 1); Promoção da Soberania da Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia (Causa 2); Promoção da Justiça Ambiental, Defesa dos Bens Comuns e dos Direitos Territoriais (Causa 3); e Organização das Mulheres como Sujeitos de Direitos (Causa 4). Estas causas passaram a orientar a ação das unidades regionais, do Grupo Nacional de Assessoria (GNA) e dos Fundos SAAP/Serviço de Análise e Assessoria a Projetos e Dema.

Especificamente em 2015, o ciclo de debates realizado pela FASE mostrou-se uma iniciativa fundamental, contribuindo para diminuir o distanciamento conceitual entre as unidades regionais e a estrutura nacional, uniformizando a linguagem em torno das Causas, melhorando o entendimento e favorecendo a aproximação entre as equipes regionais e o GNA, como também, entre essas e a Gerência Administrativa Nacional, a Unidade de Planejamento/UNIP e o setor de Comunicação.

Nestes dois anos, na Causa 1, nos aproximamos de novos sujeitos, que não necessariamente defendem o direito à cidade da forma com o defendemos e mesmo outros movimentos sociais defenderam durante anos em torno da agenda da Reforma Urbana. Um exemplo foi a articulação dos atores políticos em prol da justiça socioambiental nas cidades, efetivada em várias frentes nos estados do Espírito Santo (ES), Pará (PA) - Amazônia, Pernambuco (PE) e Rio de Janeiro (RJ) e ações do GNA, que articularam jovens negros, marisqueiras, pescadoras artesanais, mulheres moradoras de favelas, dentre outros, apontando para o alcance do objetivo desta Causa.

Na Causa 2, a construção de alternativas nos territórios de atuação que promovam o direito humano à alimentação saudável e a agroecologia está muito consistente, com sujeitos bem definidos e forte ênfase nas mulheres agricultoras familiares, agroextrativistas e quilombolas. No entanto, enfrentar a baixa implementação das políticas públicas ainda permanece um grande desafio.

Com relação à incidência em políticas nacionais de segurança alimentar, contribuiu muito para alcançar este objetivo o fato de a FASE ocupar a presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), além da ação em redes como a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e o FBSAN (Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). A FASE tem monitorado políticas nacionais e locais, como a implementação das diretrizes da Política de Segurança Alimentar e programas como: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa

¹ Esse processo foi realizado pela Direção Executiva (DIREX) com o apoio do Coletivo de Gestão da FASE, tendo como base o documento "Metodologia de construção dos eixos e causas da FASE" (outubro de 2012).

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

As atividades produtivas de agroindustrialização, de criação e de comercialização têm se configurado na recomposição de um horizonte de vida para essas famílias e incluem dentre outras o desenvolvimento de hortas escolares e comunitárias, produção de mudas vegetais e hortaliças, mandioca, açaí; produção de artesanatos; cozinhas comunitárias para aproveitamento de produção local; agroindustrialização de frutas e derivados de mandioca, beneficiamento da farinha, agroextrativismo de frutos do cerrado como o beneficiamento do pequi e do babaçu; criação de pequenos animais; participação em feiras e eventos para a comercialização de produtos alimentícios e medicinais naturais.

Na Causa 3, uma forte estratégia de ação da FASE consiste em denúncias junto à sociedade e a órgãos públicos, como o Ministério Público. Nos dois primeiros anos do trienal, 28 subsídios (dos 15 previstos) foram produzidos nos estados de atuação da FASE e pelos assessores nacionais. Esses subsídios estão relacionados às seis situações de violações relacionadas à indústria extrativa, aos empreendimentos energéticos, ao agronegócio e à economia verde nos estados do PA, MT, PE e ES.

Ainda foram mapeados 13 espaços que desenvolveram atividades/ações relacionadas às noções de bens comuns e justiça ambiental. Esses espaços estão sendo monitorados a fim de que possam incorporar tais noções. Para tanto, a FASE tem investido no fortalecimento e na articulação do campo crítico da justiça ambiental com seus parceiros e produzindo informações que contribuam para a difusão do conceito e dos acúmulos em torno das temáticas priorizadas. Em alguns espaços houve mais adesão do que outros, mas, em geral, os documentos mostram que já há apropriações do conceito.

A questão das mulheres, que antes era tratada como tema transversal, passou a configurar a Causa 4, afim de fortalecer as mulheres nos territórios de atuação da FASE em termos de autonomia econômica e capacidade de incidência política. Os processos organizativos das mulheres se ampliaram e os relatos evidenciam que tem havido maior autonomia política e financeira das mulheres, em maior ou menor grau, de acordo com o fortalecimento desses grupos.

O Fundo SAAP tem assumido papel importante no apoio financeiro para a organização das mulheres e para a criação dos fundos rotativos necessários para o aumento da comercialização da produção e a geração de renda dos grupos de mulheres. Por meio de suas ações, oito fundos rotativos (dos 10 previstos) já formam implementados neste triênio no RJ, Bahia (BA) e ES, beneficiando diretamente cerca de 300 mulheres.

Na prática, pode-se considerar que no percurso da implementação do trienal 2014-2016 todas as equipes contribuíram para a consolidação das quatro Causas, e esse é um enorme potencial institucional que pode ser bem aproveitado no próximo triênio.

2. Condições Gerais (No país / na região)

Examinando o futuro no limiar de um novo período histórico

A descrição do entorno social, político, ecológico e econômico no qual se dará a intervenção da FASE no próximo triênio esbarra em dificuldades que parecem residir no esgotamento do período histórico iniciado com a transição democrática e marcado pelas profundas e contraditórias mudanças ocorridas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Ofensiva contra os direitos e o retrocesso social

Há muitos elementos que indicam a natureza do período histórico que agora começa a se configurar, no qual se aprofundará o ataque em curso às conquistas sociais, econômicas e políticas da cidadania brasileira, em especial dos segmentos populares para os quais está voltada a ação da FASE. Ao analisarmos o contexto do triênio anterior, já tínhamos denunciado a ofensiva das elites econômicas e políticas visando a desregulação, a desconstrução de direitos e a expansão da sua hegemonia sobre os territórios, provocando o acirramento das tensões sociais e a radicalização dos conflitos. No triênio 2017-2019, pode-se prever o aprofundamento desse processo de polarização social e política.

As perspectivas para o triênio 2017-2019, no cenário de um governo comandado pelo capital financeiro, irão contemplar os interesses dessas diferentes frações e arbitrar perdas, inclusive entre elas, mas não há dúvida de que o peso maior da "superação" da crise recairá sobre os pobres e, em especial, sobre o mundo do trabalho. Já está em pauta no Legislativo e no Judiciário uma agenda de desmonte do direito do trabalho e das políticas sociais, a começar pela previdência social.

Na área de saúde, o governo encaminha a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS) retirando dessa política a vinculação obrigatória de recursos públicos. O país terá de enfrentar também o aprofundamento do receituário das políticas de austeridade já em curso em 2015-2016. Tudo isso aponta para um cenário de resistência do movimento sindical e dos movimentos sociais das periferias urbanas, do campo e da floresta.

Esse contexto é agravado pelo crescimento do conservadorismo e do retrocesso na opinião pública. O encontro entre política e religião e o crescimento da chamada bancada evangélica tem contribuído para demarcar uma atuação conservadora do Congresso. A combinação dessa agenda tem ajudado a difundir valores igualmente conservadores que visam tão somente fortalecer o patriarcado. Por outro lado, aumentam os crimes de ódio e a violência contra as mulheres, por exemplo.

Ruptura do pacto constitucional: ameaças à continuidade do processo democrático

Ao analisarmos (em 2016) o contexto do triênio, é forçoso indagar se a iniciativa da direita de romper o pacto social e institucional vigente representa uma ameaça à continuidade do processo democrático que se consolidou lentamente nos últimos 30 anos. A crise política deflagrada pela inconformidade da oposição com a reeleição da presidente Dilma Rousseff - agravada pelas iniciativas contraditórias da presidente - é uma expressão dessa ruptura por parte das classes dominantes da sociedade brasileira - e de seus representantes no sistema político brasileiro - com o pacto inscrito na Constituição de 1988 em torno dos direitos econômicos, sociais e culturais. Parece procedente a constatação de que apesar da tentativa dos governos Lula e Dilma de conciliarem interesses contraditórios houve um ascenso

popular suficiente para incomodar as elites e convencê-las da necessidade de abandonar as soluções de compromisso para imporem a radicalização do ajuste neoliberal que responde aos seus interesses no atual cenário de crise econômica.

O consenso dos setores dominantes em torno do golpe branco (cujo desfecho só será conhecido depois de concluída esta análise) teve como uma de suas causas a tentativa frustrada da presidente Dilma, no seu primeiro mandato, de reduzir as elevadíssimas taxas de juros que há anos favorecem os rentistas no país. Os sucessivos recuos posteriores da presidente não foram suficientes para desmobilizar a aliança golpista, embasada no somatório desses interesses econômicos com a intenção de políticos de diversos partidos de pôr fim à apuração de práticas de corrupção pela chamada Operação “Lava Jato”.

A crise revelou os impasses do sistema político brasileiro, evidenciando as relações promíscuas entre o poder político e os interesses empresariais e os problemas relacionados ao sistema vigente de presidencialismo de coalizão. A crise atual de legitimidade do sistema político faz com que os poderes que emanam do voto popular – executivo e legislativo - fiquem à mercê do arbítrio do poder judiciário e do poder de fato da mídia corporativa e de entidades empresariais como a FIESP.

O processo de *impeachment* de Dilma inaugurou um período de incertezas caracterizado pela desvalorização da política, pela desorganização do sistema partidário e pela crise de legitimidade dos governos. No futuro próximo, o Brasil poderá vir a enfrentar não apenas uma crise política, mas sim uma crise da República, que afeta os três poderes do Estado, já que o poder judiciário também é parte da crise.

Polarização política e mobilização de parcelas da sociedade

Nos próximos três anos, é provável que essa polarização se mantenha. Contudo, permaneceram ausentes das manifestações de 2015-2016 segmentos da população que declaradamente não se sentem identificados com a atual polarização política, muitos dos quais estiveram presentes nos protestos de 2013. Nesse cenário de crise política não podemos subestimar o fato de grande parte da população estar alheia ao debate democrático. Diante desse quadro, a questão da democracia e da participação passará a ter maior centralidade em nossas preocupações.

Fragmentação do bloco no poder afeta os projetos em disputa?

A crise política de 2015-2016 correspondeu ao fim de um bloco de forças políticas no poder. Portanto, é de se prever que nos próximos anos haverá um amplo processo de reorganização político-partidária. O fato de haver uma crise do sistema representativo não implica necessariamente no esgotamento dos projetos em disputa na sociedade brasileira. Permanecem em disputa, na cena política, dois grandes projetos (o do capital financeiro e do neoliberalismo mais radical e outro que se pretende desenvolvimentista, mas, que na verdade se beneficiou da passada conjuntura favorável da valorização das *commodities*). Apesar das evidências de que o projeto político dos governos Lula e Dilma se esgotou, tudo leva a crer que o projeto desenvolvimentista continua vivo no imaginário popular.

A crítica do padrão de desenvolvimento e seus limites

Embora muitos sujeitos sociais e políticos do campo popular compartilhem a crítica e a denúncia dos impactos desastrosos do padrão “de desenvolvimento” dominante no país, tal consenso não se traduz, no entanto, em acordos correspondentes no tocante às alternativas e vias de superação desse modelo socialmente injusto e ambientalmente insustentável. É preciso reconhecer as dificuldades inerentes ao enfrentamento dessas questões, numa conjuntura de crise política e econômica em que a recessão e o desemprego tornam difícil um olhar crítico sobre o crescimento econômico dos últimos anos.

Cenário internacional ameaçador

A crise política e econômica que atinge o país evoluirá no próximo triênio em meio a um cenário internacional complicado. A demolição dos direitos trabalhistas, dos sistemas públicos de saúde, da educação e da previdência em países europeus é indicativa do domínio exercido pelo mercado sobre os governos, quaisquer que sejam. Alguns dos elementos do contexto internacional afetarão mais diretamente o Brasil, como é o caso da desaceleração da economia chinesa que já incide sobre um modelo econômico brasileiro dependente da exportação de *commodities*.

A tendência perigosa de proliferação de acordos regionais, poderá tornar difícil o futuro da economia brasileira se prevalecerem internamente as forças que apostam na destruição da aliança dos países da América do Sul (MERCOSUL, UNASUL). Por outro lado, não se podem desconhecer os possíveis impactos sobre o Brasil dos seguintes aspectos do contexto internacional: recuo dos chamados governos progressistas na região; aumento da influência do *soft power* dos Estados Unidos na América Latina (Cuba, Argentina) e evidências de incremento da espionagem e ingerência estadunidense na região com claro interesse em recursos estratégicos, em especial o pré-sal.

Na área do projeto

Bahia (BA) - Pouco se alterou no contexto descrito para a BA no Trienal 2014-2016. Desde 2007, o governo estadual é controlado por uma coalizão capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores, afinada com as orientações e práticas que caracterizaram o governo federal desde 2003. No estado, foram implementadas medidas em favor da atenuação dos problemas seculares sofridos pelas maiorias despossuídas (habitação, saneamento, educação e acesso a crédito), embora sem nenhuma alteração estrutural que apontasse para uma transformação efetiva em termos de distribuição de renda, patrimônio e poder.

A Agricultura Familiar permanece expressiva em termos demográficos e sócio econômicos. Os últimos dados disponíveis são os do Censo Agropecuário de 2006 e revelam que existiam, naquele ano, 761.528 estabelecimentos rurais, ocupando 29.180.559 hectares. 665.831 (87,43%). Ainda de acordo com o IBGE, a renda da maior parte da população continua muito baixa² e os postos de trabalho formalizados conquistados desde 2003 vêm sendo rapidamente perdidos. A desigualdade ainda é a característica marcante da BA e tende a piorar devido a diminuição dos recursos destinados a políticas públicas e à estagnação da renda das famílias que não tem patrimônio.

² Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente em 2015 era de R\$ 736,00, valor inferior ao do salário mínimo vigente naquele ano que foi de R\$ 788,00.

A sociedade baiana tem várias instâncias de organização, seja no âmbito sindical, rural e urbano, seja nas diferentes esferas relacionadas à identidade étnico-racial, orientação sexual, de defesa e promoção de direitos humanos, sociais, culturais e ambientais. Mas, é imperioso reconhecer que a qualidade e abrangência deste tecido associativo ainda é débil e não incorpora parcelas significativas da população. Para boa parte dos baianos, a participação política se restringe a votar ou não nas eleições.

É fundamental reconhecer a importância das políticas públicas como ferramenta para acesso a direitos para a população baiana. Dados relativos a março de 2016 demonstram, por exemplo, que o total de pessoas beneficiárias do Bolsa Família no estado era de 5.880.650. O que significa que 38,67% dos habitantes foram considerados pobres o suficiente para serem enquadrados no Programa³. Com a atual crise política e econômica que paralisa o país, as políticas de afirmação e apoio às minorias, bem como, de consolidação de programas como o PAA, PNAE, Habitação, agroecologia, Gênero e Juventude, tendem a desaparecer, haja vista as primeiras medidas tomadas pelo governo interino.

Mato Grosso (MT) - O estado é conhecido mundialmente pela produtividade da agropecuária. Algodão, milho, soja e carne bovina representaram 89% do faturamento bruto em 2015, de acordo com o levantamento do Ministério da Agricultura.

Em 2015, as lavouras e a pecuária geraram 62,37 bilhões. Segundo dados da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), os principais produtores de carne bovina são os municípios de Cáceres, Juara, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Alta Floresta e Vila Rica, vários deles em áreas de atuação da FASE.

Este modelo do agronegócio se desenvolveu entre 1960 e 1980 e se fortaleceu econômica e politicamente no final de 1990. A industrialização do campo, a utilização de produtos agroquímicos e investimento estatal na construção da infraestrutura e logística (rodovias, hidrovias, portos e outros), bem como no financiamento da produção ampliando consideravelmente as áreas de monoculturas foram fundamentais para esse processo de expansão.

Como decorrência da expansão do agronegócio, o estado vem apresentando graves problemas socioambientais, sendo considerado campeão nacional em desmatamento e, desde 2009, campeão nacional em consumo de defensivos agrícolas. Segundo dados do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea), IBGE e Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), cerca de 140 milhões de litros de herbicidas, inseticidas e fungicidas foram utilizados nas lavouras em 2013, o equivalente a 43 litros de veneno por habitante.

Contudo, mesmo possuindo um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 27,9 bilhões (IBGE, 2004), percebemos que se consolida a ampliação da desigualdade social, pois, há graves conflitos nas regiões de expansão do agronegócio. O Mato Grosso é o segundo estado com maior número de mortes e famílias envolvidas em conflitos no campo, segundo relatório divulgado pela Comissão Pastoral da

³O Bolsa Família beneficia atualmente 46,7 milhões de pessoas de 13,8 milhões de famílias e paga, em média, R\$ 165,00 por família. Do total de famílias beneficiárias, 10,2 milhões têm renda declarada inferior a R\$ 77,00 mensais, por pessoa.

Terra (CPT), em 2015. Além disso, é um estado com grande potencial hídrico e mineral, o que faz com que o hidronegócio e a mineração também provoquem impactos sociais e ambientais, com a construção de pequenas e grandes centrais hidrelétricas e a implantação de jazidas de exploração mineral em áreas onde vivem e trabalham agricultores familiares.

Espírito Santo (ES) - Concentrando em sua pequena extensão territorial grandes complexos produtivos e corporações exportadoras, como Petrobras, Shell, StatOil, Chevron, Vale do Rio Doce, Samarco, CST, Fibria/Aracruz e Suzano Celulose, o ES põe em evidência o colapso ambiental e social provocado por 50 anos de desenvolvimento. Os grandes projetos de petróleo e gás, siderurgia, mineração e celulose têm afetado diretamente a natureza, as cidades e a vida dos povos e comunidades tradicionais que habitam e trabalham ao longo da fronteira de expansão dos complexos produtivos. A monocultura química de eucalipto de rápido crescimento, que abastece as fábricas de celulose da Fibria e da Suzano, ocupa mais de 100 mil hectares no Norte do Estado, gerando forte concentração de terras e grave crise hídrica, principalmente na região quilombola do Sapê do Norte, onde habitam as comunidades quilombolas nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

O estado é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil, com cerca de 15% do volume nacional. Os campos petrolíferos estão localizados em terra e mar, em águas rasas, profundas e ultraprofundas. Em menos de uma década, ainda que diante das oscilações do preço do petróleo, dezenas de novas empresas associadas ao setor vêm se instalando apoiadas por investimentos nacionais e internacionais e, ainda, incentivadas por políticas energéticas e de desenvolvimento dos governos federal, estadual e municipais.

A sobrevivência de algumas comunidades e povos capixabas em seus territórios tradicionais está sob constante ameaça diante dos tensionamentos. As condições de permanência no território estão sob risco, sem a garantia de direitos fundamentais à terra, água, alimento, moradia, educação e saúde. Tal contexto de ameaça reverbera de forma específica sobre a vida das mulheres, pois a expansão das estruturas produtivas as expõe a violentas situações de assédio, desemprego e à gravidez precoce, por exemplo.

No ES, o desenvolvimento insustentável mostra-se violador de direitos humanos, promovendo o saqueio dos bens comuns, através de violentos conflitos sociais e ambientais, expulsando comunidades tradicionais, destruindo ecossistemas marinhos, florestas e culturas alimentares.

Rio de Janeiro (RJ) - A região metropolitana do estado do RJ durante os governos Lula e o primeiro mandato de Dilma, em aliança política com os governos estadual e prefeituras, passou por grandes transformações, sobretudo na estrutura urbana e na infraestrutura logística. Os investimentos na cadeia do petróleo e gás e os megaeventos impactaram diretamente o contexto socioeconômico, político e sua estrutura urbana. Justificados por esses projetos, intensificaram-se diferentes procedimentos que acentuaram a desigualdade social, o autoritarismo das instituições estatais e a segregação socioterritorial.

Agora, os governos do estado e da capital sentem os efeitos da recessão econômica e das medidas do processo da investigação dos atos de corrupção ocorridos na Petrobras, conhecida como operação Lava Jato. Mesmo reconhecendo a importância da economia de serviços, entretenimento e turismo, a indústria do petróleo e toda a sua cadeia produtiva tem sido um dos principais estímulos de sustentação da economia fluminense. No entanto, com as consequências da investigação, que interrompeu vários contratos estabelecidos entre empresas e a Petrobras nas áreas da construção civil, da produção de estruturas logísticas, combinada com a queda do preço do barril do petróleo no mercado internacional, o RJ, junto com os demais estados do país, entrou numa profunda recessão.

Nos territórios onde atuamos – região portuária e Complexo de Favelas de Mangueiras - os efeitos da crise econômica, o autoritarismo e a militarização estatal são mais sentidos. Pois, além dos efeitos da conjuntura econômica, existe a desconstrução de diversos programas sociais e fim de investimentos que visem à redução da desigualdade. No Rio, tudo indica que a recessão prosseguirá nos próximos anos e o confronto contra governos conservadores será grande. Mesmo que nas eleições municipais, especialmente na capital do estado, uma candidatura do campo democrático ganhe o governo, a situação não será alterada facilmente. Com isso, o aprofundamento da desigualdade, a violação aos diferentes direitos, sobretudo para a população pobre das favelas e periferias, a pressão sobre jovens e mulheres negras, o racismo e tudo mais que configuram posições conservadoras são questões que exigem da nossa inteligência e mobilização social para preservar direitos e buscar alternativas políticas, econômicas, ambientais e culturais democráticas e contra-hegemônicas.

Os territórios onde atuamos diretamente são exemplos perversos deste padrão de desenvolvimento que mercantiliza a vida, os territórios, as instituições e contribui para transformar o sistema político representativo num corpo sem sentido para a maioria da população e mesmo para os militantes. De acordo com os dados do Censo IBGE 2010, há aproximadamente 36.160 pessoas residindo no bairro Mangueiras, e por estimativas feitas pelos grupos de pesquisa e intervenção, cerca de 50 mil fazendo parte do complexo de Mangueiras.

O bairro de Mangueiras reúne 12 favelas, e o Complexo 16. Mangueiras recebeu grandes investimentos públicos em infraestrutura urbana na última década. Contudo, as obras realizadas não mudaram seu quadro de desenvolvimento social: é o bairro com 5º pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2000) da cidade; 38% da população vive com um salário mínimo. A favela, próxima à região central da capital, é alvo das ações de militarização que têm se combinado com as estratégias de mercantilização da cidade. Também no Complexo de Favelas de Mangueiras existe uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), um dos dispositivos utilizados pelo governo do estado para pressionar a população pobre e conter os atos de descontentamento.

Já na região portuária, vivem cerca de 30 mil pessoas e é o local onde a prefeitura estabeleceu a maior Parceria Público Privada (PPP). Desde 2009, quando a cidade foi eleita pelo Comitê Olímpico Internacional para sediar os Jogos Olímpicos, a região passou a ser o principal *locus* de intervenção urbana da prefeitura. Nessa região se combinam interesses logísticos da indústria do turismo e do entretenimento, ampliação do potencial construtivo para a produção de moradia destinada à classe

média, com maior capacidade de consumo e aquisição de patrimônio. Os efeitos dessas transformações urbanas se caracterizam por intensa segregação socioterritorial, pressionando famílias a saírem da região para morar em bairros distantes.

A região portuária é um exemplo do avanço da privatização dos espaços públicos e da intensa mercantilização da terra urbana para atender em parte a economia financeira. O consórcio Porto Novo, formado por três empresas da construção civil (Carioca, Odebrecht e OAS), é responsável pelas obras de urbanização e pelos serviços de coleta do lixo, manutenção da iluminação pública e controle da circulação de veículos em uma área de 5 milhões de m². A parceria estabeleceu um contrato em 2011, que irá até 2026, no valor de R\$ 8 bilhões, pagos com recursos públicos, através de uma operação financeira no mercado imobiliário.

A região tem uma forte dinâmica socioeconômica e cultural, e local de moradia de muitas famílias com baixos salários. Mais de 50% dos moradores/as, conforme pesquisa do IBGE de 2010, possuem renda mensal domiciliar inferior a um salário mínimo. Parte considerável dessas famílias está distribuída nas favelas da região - Morro da Providência, Pedra Lisa, Morro da Conceição, Morro do Livramento, Morro do Pinto, São Diogo - e nos bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Central do Brasil, Cidade Nova e São Cristóvão.

Amazônia - As políticas estruturais do Estado nacional para a Amazônia, bem como a atuação das grandes corporações do Brasil e do exterior não devem mudar substancialmente durante o próximo triênio. Como até este momento não há qualquer indicativo acerca da possibilidade de que um conjunto de forças políticas orientadas por uma perspectiva contra-hegemônica assumam o comando do governo federal nas próximas eleições, a Amazônia continuará a ser tratada como fonte da materialização de poderosos interesses políticos e econômicos externos a ela, combinado com o atendimento de demandas das elites locais.

A (Pan)Amazônia se tornou essencial para a reprodução do capital em escala global. Fatores externos internos concorrem para o recrudescimento dos conflitos socioambientais na região. Entre eles, a crise do setor madeireiro no leste asiático, fazendo com que grandes empresas do setor se desloquem para cá; as mudanças de hábitos alimentares em países populosos - como China e Índia -, exigindo a produção em maior escala de proteínas animal e vegetal; e a demanda por minérios e a necessidade de novas fontes de energia - no caso a produção de agrocombustíveis.

No plano interno, a perspectiva crescentista da oferta de energia que orienta a ação do Estado faz com que este busque transformar a Amazônia numa província energética capaz de atender as demandas dos centros mais dinâmicos da economia brasileira. Como consequência, temos a expansão acentuada dos monocultivos de dendê, eucalipto e pinus, a construção de dezenas de barragens, a expansão da rede de energia elétrica e ampliação da exploração mineral. Aliado a isso, a conectividade dos territórios com o mercado internacional se dá a partir da expansão do setor portuário, como a construção do Porto de Maicá, em Santarém e a transformação dos principais rios em hidrovias, como o Araguaia e o Tocantins.

O fato é que está sendo executada na Amazônia uma ampla e complexa estratégia de desterritorialização. Na efetivação dessa estratégia se agregam bancos públicos e privados, governos, parlamento, parcela do judiciário, a mídia corporativa, empresas nacionais e transnacionais e outros. Para eles, é vital impedir a demarcação de novas terras indígenas e quilombolas, a definição de mais áreas de preservação.

De um modo geral, a tendência mais provável é que as estruturas que garantem a expansão acelerada do capital na região se mantenham:

- 1) a violação de direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e populações das periferias das áreas urbanas, fortalecida pela desconstrução dos direitos consagrados na Constituição Federal;
- 2) a intensificação da disputa por territórios envolvendo transnacionais e empresas brasileiras, bancos públicos e privados, mídia corporativa, grande parte do judiciário e do parlamento, governos e setores da academia e das ONGs, indígenas, extrativistas, agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e outros segmentos;
- 3) flexibilização da legislação ambiental;
- 4) criminalização de lideranças e organizações contra o atual modelo de desenvolvimento;
- 5) maior iniciativa de grupos privados em estabelecer contratos com povos indígenas, agricultores (as) e outros que garantam aos primeiros o acesso, uso e controle de territórios coletivos;
- 6) expropriação ampliada dos territórios por conta da instalação de grandes projetos de infraestrutura públicos e privados e expansão da indústria extrativa – em especial, da mineração;
- 7) fortalecimento das instituições, mecanismos que favoreçam a consolidação da economia verde e a financeirização da natureza;
- 8) recrudescimento do combate político-ideológico aos movimentos contra-hegemônicos com base nas noções de progresso, competitividade e desenvolvimento;
- 9) tentativa de maior controle sobre movimentos sociais e ONGs a partir de medidas burocráticas, administrativas e financeiras, e;
- 10) combate às lutas pelos direitos das mulheres e aumento do discurso de ódio contra homossexuais e negros.

Pernambuco (PE) - No estado, o agravamento da crise política e econômica iniciado em 2015, chegou ao seu ápice em 2016. Esse cenário de recessão econômica e de incertezas políticas vem impactando fortemente o estado e seus municípios, com cortes orçamentários sendo efetuados em todas as esferas governamentais.

Há grande número de obras paralisadas, especialmente na área da mobilidade e do transporte público. Essa retração econômica também tem ampliado o desemprego, conferindo ao estado a quarta maior taxa (11,2%) entre todos os estados brasileiros. Entre os segmentos mais atingidos estão os jovens. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE, 2016), os indicadores relativos a esse segmento, em PE (20,8%) são quase três vezes maiores que o índice nacional (8,2%). Mesmo com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, o Complexo Portuário de Suape que detém quase 10% do PIB de Pernambuco entrou em crise, registrando-se uma intensa paralização das obras, de modo

que milhares de trabalhadores foram demitidos, muitos dos quais nem receberam seus direitos trabalhistas e por isso não tiveram como retornar às suas cidades. O Fórum Suape, articulação de entidades da sociedade civil do qual a FASE é parte, tem realizado ações visando garantir os direitos desses trabalhadores e de suas famílias.

No Recife, cidade detentora de altos índices de vulnerabilidade social e graves problemas urbanos, os reflexos da crise também tem impactado negativamente a gestão Geraldo Júlio (PSB). Muitas obras e projetos urbanos ou estão paralisadas ou estão com seu cronograma atrasado, a exemplo dos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda. Percorrendo o centro urbano do Recife, diversos prédios encontram-se vazios, abandonados ou subutilizados, degradando a paisagem e as áreas onde estão localizados. Prédios públicos estão se deteriorando e poderiam ser utilizados para moradia social ou para abrigar algum equipamento público. Enquanto isso, 5.700 mil famílias moram em condição de aluguel motivada pelo recebimento de pequena quantia do poder público municipal a título de '*auxílio-moradia*', vindo ficar cada vez mais distante o acesso ao direito à moradia e à segurança da posse. Esse quadro de violação de direito se completa pelo fato de a gestão municipal ter onze obras paralisadas em conjunto habitacionais, o que configura um total de 1.206 moradias sem se concluir no Recife. Mesmo se esse total fosse concluído hoje, 4.494 famílias ainda permaneceriam dependentes do auxílio moradia, o que é um indicador da falta de prioridade de se enfrentar o déficit habitacional no município.

3. Grupos-alvo

A FASE tem diversificado e ampliado seus públicos, como condição necessária para produzir mudanças sociais na realidade e para melhor combinar o fortalecimento desses atores por meio de práticas territoriais, experiências de resistência, que se convertem em propostas de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, e da articulação/construção de alianças para a intervenção em políticas públicas.

Nessa perspectiva a FASE tem procurado desenvolver uma diferenciação dos públicos com os quais atuamos, em três tipos:

- Público-alvo direto: refere-se aos indivíduos, famílias, grupos, movimentos, organizações e espaços coletivos (tais como conselhos, fóruns, articulações e redes), junto aos quais desenvolvemos ações diretas (atividades formativas, acompanhamento, assessoria e apoio a práticas territoriais, campanhas e consultorias);
- Público indireto: refere-se, estimativamente, àqueles que são alcançados em ações de divulgação, produção de informação e conhecimento, encontros, reuniões e eventos, assim como, diagnósticos e investigação, e ainda órgãos do poder público e legislativo por meio de sua mobilização;
- População envolvida no problema/questão: refere-se ao universo geral da população que vive ou sofre da problemática em questão, considerando a abrangência geopolítica em que a

estamos percebendo e buscando atuar, exemplo demais membros das comunidades, moradores dos bairros, das regiões.

Assim, a FASE continuará atuando, diretamente, junto à: famílias de agricultores (as) familiares⁴, agroextrativistas, trabalhadores sem terra, assentados (as) da reforma agrária, população negra, quilombolas, ribeirinhos (as), pescadores (as) artesanais, povos indígenas, lideranças de organizações populares urbanos, periurbanos e rurais, mulheres, jovens e crianças em situações de risco social.

4. Atividades

A FASE seguirá apostando em ações políticas coordenadas que congregam nossas perspectivas estratégicas institucional e de articulação temáticas, mobilizando nossas energias/sinergias para construir acordos, consensos progressivos para nossos posicionamentos políticos. Essas ações coordenadas têm possibilitado novas conexões, informações e outras categorias de análises como tem se dado, no trienal em curso, com os temas do ‘desenvolvimento’, ‘sujeitos e novos sujeitos políticos, movimentos sociais’.

⁴ O conceito de agricultor familiar está previsto na Lei 11.326/2006. Aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Estão inseridos nesta categoria tanto pequenos proprietários(as), quanto posseiros(as), renteiros(as), assentados(as), acampados(as) da reforma agrária e ocupantes com títulos precários de propriedade.